



# UFES

**Universidade Federal do Espírito Santo**

## **Direito Administrativo**

Nome: Dionatas Santos Brito

Matrícula: 2019202307

Turma: 01

Curso: Engenharia da Computação

Nome: Otavio Cozer

Matrícula: 2017100560

Turma:05

Curso: Engenharia da Computação

Vitória

2022

**1- Considerando que você é engenheiro de um órgão público, o que exigiria no projeto básico ou termo de referência de uma obra ou serviço? Justifique.**

O Termo de Referência ou Projeto Básico é obrigatório para toda contratação, é elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e deve reunir os elementos necessários e suficientes, bem como as condições da licitação e da contratação. Os principais aspectos são:

- Indicação do objeto;
- Especificação do objeto;
- Justificativa (motivação) da contratação;
- Requisitos necessários (objeto, fornecedor, etc);
- Condições de execução (métodos, estratégias e prazos de execução e garantia);
- Obrigações das partes envolvidas (contratada e contratante);
- Gestão do contrato;
- Fiscalização do contrato.

**2- A nova Lei nº 14133/2021 instituiu o portal nacional de contratações públicas lançado no dia 9 de agosto de 2021. Qual a sua importância?**

A Lei nº 14133/2021 é a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais para compras públicas nacionais aplicáveis a todos entes governamentais e a todos os poderes. As leis que regem as licitações públicas determinam a maneira pela qual a Administração deve anunciar o que ela necessita comprar/contratar, ou seja, o objeto do processo licitatório.

**3- A nova lei de licitações trouxe doze (12) novas figuras típicas a nossa legislação criminal, inserindo-a no Código Penal. Comente pelo menos duas, afetas ao exercício da Engenharia.**

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei. Comete o crime quem concorrer para que haja contratação direta pela Administração Pública de forma ilegal.

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo. Aparece nesta hipótese o crime de atentado, traduzido no comportamento de afastar ou tentar afastar licitante.

**4- Qual a importância do Gestor Público obedecer ao princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e o princípio da economicidade ( art. 70 da Constituição Federal)?**

Os artigos 37 e 70 da constituição asseguram que os gestores públicos busquem os melhores resultados alinhados à economia dos recursos.